

STJ00117877

MARILIA CARVALHO NEVES FERROS  
SAMUEL RODRIGUES DE MIRANDA NETO  
FERNANDO CALDAS BIVAR NETO  
LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA

**Organizadores**

# ENSAIOS EM DIREITO PÚBLICO

Os **10 anos da Ministra  
Regina Helena Costa** no  
Superior Tribunal de Justiça

Londrina/PR  
2023

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



Ensaio em Direito Público: os 10 anos da Ministra Regina Helena Costa no Superior Tribunal de Justiça. / Organizadores: Marília Carvalho Neves Ferros, Samuel Rodrigues de Miranda Neto, Fernando Caldas Bivar Neto, Lázaro Reis Pinheiro Silva. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

697 p.

Inclui Bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-557-0

1. Direito Público. 2. STJ. 3. Processo Civil.

I. Ferros, Marília Carvalho Neves. (Orgs.) et al.

CDD 341

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

Foto: Emerson Leal/STJ

Revisão: Os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Editor responsável do livro: Rodrigo Mazzei

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Público: 341

**Conselho Editorial (Gestão 2023)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

ORGANIZADORES .....	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO .....	19

## PARTE I

### Temas de Direito Tributário

#### CAPÍTULO 1

**Humberto Martins**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CERTIDÕES NEGATIVAS E PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO NA VISÃO DO STJ .....	39
Introdução.....	39
1 O Poder Judiciário no Brasil – Independência e garantias da magistratura – O Superior Tribunal de Justiça .....	40
2 Recuperação judicial, certidões negativas e parcelamento tributário na visão do STJ .....	43
Conclusão .....	51
Referências .....	52

#### CAPÍTULO 2

**Mauro Luiz Campbell Marques**

DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR – O REGIME JURÍDICO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS E SUA NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA.....	53
Introdução.....	53
1 Da distinção entre a obrigação tributária relativa ao pagamento de tributos e a obrigação tributária relativa ao pagamento da penalidade pecuniária (multa) e da classificação das penalidades tributárias.....	54
2 Dos direitos fundamentais, dos princípios constitucionais e das normas da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional relativos ao sistema do <i>jus puniendi</i> estatal: semelhanças e diferenças entre o Direito Penal e o Direito Tributário Sancionador.....	59
3 Da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a gradação das multas de mora e de ofício e o julgamento do Tema n. 736 da repercussão geral .....	64
4 Da necessária regulamentação legislativa no âmbito do regime jurídico das multas tributárias – PLC n. 124/2022 .....	65
Conclusão.....	68

Referências .....	69
-------------------	----

### **CAPÍTULO 3**

**Benedito Gonçalves**

**Camile Sabino**

A TRIBUTAÇÃO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOB A ÓTICA DA MINISTRA REGINA HELENA COSTA.....	73
--	----

Introdução.....	73
-----------------	----

1 A trajetória da Ministra Regina Helena no Direito Tributário .....	75
--	----

2 A atividade tributária no Brasil.....	76
---	----

3 O conflito entre a tributação e os direitos fundamentais .....	78
--	----

4 Uma visão humanista da tributação.....	80
--	----

Conclusão.....	81
----------------	----

Referências bibliográficas.....	83
---------------------------------	----

### **CAPÍTULO 4**

**Paulo Sérgio Domingues**

**Fabiano Lopes Carraro**

BREVE EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE JURISTAS PRESIDIDA PELA MINISTRA REGINA HELENA COSTA PARA APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO .....	85
--	----

Introdução.....	85
-----------------	----

1 A dinâmica dos trabalhos da comissão de juristas presidida pela Ministra Regina Helena Costa.....	86
---	----

2 O Relatório Final da Comissão.....	88
--------------------------------------	----

3 Breve exposição dos Anteprojetos de Lei elaborados pela Comissão.....	89
---	----

3.1. O Anteprojeto de aperfeiçoamento do Processo Administrativo .....	89
--	----

4.2. Os Anteprojetos de aperfeiçoamento do Processo Tributário.....	93
---	----

4.2.1 Anteprojeto de Lei Complementar de Prevenção de Litígios, Consensualidade e Processo Administrativo Tributário Nacional.....	93
--	----

4.2.2 Anteprojeto de Lei Ordinária de Processo Administrativo Tributário no âmbito da União.....	93
--	----

4.2.3 Anteprojeto de Lei Ordinária de Consulta Tributária no âmbito da União..	94
--	----

4.2.4 Anteprojeto de Lei Ordinária de Mediação no âmbito da União.....	94
--	----

4.2.5 Anteprojeto de Lei Ordinária de Arbitragem Tributária, a regular a arbitragem nos três níveis da Federação.....	95
---	----

4.2.6 Anteprojeto de Lei Complementar de Código de Defesa do Contribuinte..	96
---	----

4.2.7 Anteprojeto de Lei Ordinária de Execução Fiscal, a regular a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de Direito Público.....	98
---	----

4.2.8 Anteprojeto da Lei Ordinária de Custas da Justiça Federal.....	98
--	----

5 Panorama atual do processo legislativo das proposições elaboradas pela Comissão de Juristas .....	99
---	----

Conclusão.....	102
----------------	-----

**CAPÍTULO 5****Betina Treiger Grubenmacher****Nayara Sepulcri de Camargo Pinto****Laércio Cruz Uliana Junior**

NOVAS REGRAS DO JOGO? IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELATIVA A IMÓVEIS CEDIDOS POR ENTES PÚBLICOS NA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	103
A homenageada.....	103
Introdução.....	104
1.1 Regras, generalização e justificativa .....	105
1.2 Experiências rebeldes: disjunção entre generalização e justificativa .....	106
1.3 Dois modelos: conversação e enraizamento .....	107
1.4 Precedentes como generalizações enraizadas.....	108
2 O caso da imunidade tributária relativa aos imóveis locados ou cedidos na jurisprudência do STF.....	109
3 Análise da controvérsia à luz da teoria de Schauer .....	112
Considerações finais .....	115
Referências .....	117

**CAPÍTULO 6****Fernando Facury Scaff****Eduarda Gouveia Costa Tupiassu**

DA ESTRUTURA À FUNÇÃO DO TRIBUTO NO ESTADO CONTEMPORÂNEO.....	119
Introdução.....	119
1 O mercado na passagem do Estado Liberal ao Estado Social .....	120
2 O mercado como instituição jurídica .....	124
3 Análise estrutural da norma tributária e a mudança de paradigma: a análise da função .....	127
4 A função do tributo no Estado Contemporâneo .....	132
Conclusões.....	137
Bibliografia citada.....	138

**CAPÍTULO 7****Gustavo Brigagão**

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS .....	141
1 Reforma Tributária. Quando e como fazer?.....	142
2 Sistema bifásico e monofásico da tributação do lucro da distribuição dos dividendos .....	144
3 Projetos no Congresso Nacional cujo objetivo é (ou foi) o de tributar os dividendos .....	152
4 Quarto Manifesto .....	155

**CAPÍTULO 8****Helena Taveira Torres**

LEI COMPLEMENTAR PARA COBRANÇA DE DIFERENCIAL DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.....	159
1 Competência para instituir o ICMS e a sistemática da substituição tributária..	159
2 O regime da substituição tributária.....	164
3 Substituição tributária e os critérios para definição da base de cálculo do ICMS-ST.....	168
4 O regramento da substituição tributária e a jurisprudência do STF.....	170
5 Alcance da tese fixada pelo STF no julgamento do Tema nº de repercussão geral.....	174
4 Necessidade de Lei Complementar para normas gerais sobre substituição tributária e sua base de cálculo.....	176
Considerações finais .....	184

**CAPÍTULO 9****Humberto Ávila**

CONCEITO DE FATURAMENTO .....	187
Introdução.....	187
1 Argumento histórico .....	188
2 Argumento semântico.....	189
3 Argumento sistemático .....	191
4 Argumento jurisprudencial.....	192
Conclusão.....	196

**CAPÍTULO 10****Samuel Rodrigues de Miranda Neto**

O ART. 106 DO CTN E O DIREITO SANCIONADOR NÃO PENAL: AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO TEMPO E A RATIO DECIDENDI DO TEMA N. 1.199 DA REPERCUSSÃO GERAL .....	197
Introdução .....	198
1 A Lei n. 14.230/2021 e o Tema n. 1.199 da repercussão geral.....	198
2 O <i>ius puniendi</i> estatal.....	202
3 O art. 5º, XL, da Constituição da República, a irretroatividade da norma tributária sancionatória, e a <i>ratio decidendi</i> do Tema n. 1.199 da repercussão geral.....	203
Conclusão.....	206
Referências .....	206

**CAPÍTULO 11****Juliana Furtado Costa Araujo**

O PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE NO CONTEXTO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL PREVISTA NA LEI Nº 13.988/2020.....	207
Introdução.....	207
1 Praticabilidade no direito tributário .....	208
2 Transação tributária e a indisponibilidade do crédito tributário.....	209

3 Transação tributária como meio indireto de extinção do crédito tributário	210
4 O modelo de transação federal instituído pela Lei nº 13.988/2020 .....	212
5 Transação por edital: modelo de negociação informado pelo princípio da praticabilidade.....	216
Conclusões .....	217
Bibliografia.....	217

## **CAPÍTULO 12**

### **Lázaro Reis Pinheiro Silva**

FEDERALISMO FISCAL E A (NÃO) INCIDÊNCIA DE IRPJ E CSLL SOBRE OS INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS.....	219
Introdução.....	219
1 Federalismo Fiscal e o livre exercício das competências impositivas pelos Estados-membros .....	220
3 A impossibilidade de inclusão dos créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e o EREsp 1.517/492/PR.....	225
4 A persistente controvérsia em torno dos incentivos fiscais de ICMS e o Tema 1.182/STJ: um novo olhar sobre o federalismo fiscal.....	227
Conclusões .....	231
Referências .....	231

## **CAPÍTULO 13**

### **Carlos Henrique Gonçalves de Moura**

A TRIBUTAÇÃO PELA RENDA SOB A PERSPECTIVA VENCIDA: EXAME DE CASOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ .....	233
Introdução.....	233
1 Acórdãos examinados .....	235
1.1 Recurso Especial n. 1.470.443/PR.....	235
1.2 Recurso Especial n. 1.679.495/SP .....	240
Considerações finais .....	243
Referências .....	243

## **CAPÍTULO 14**

### **Luciano de Souza Godoy**

DIREITO DAS SUCESSÕES: O ITCMD NOS ARROLAMENTOS SUMÁRIOS.....	245
Introdução: breves notas sobre inventário judicial e extrajudicial.....	245
1 O Recurso Especial Repetitivo 2.027.927 e o Tema 1074.....	252
Considerações Finais .....	256
Referências Bibliográficas.....	257

**CAPÍTULO 15****Luís Eduardo Schoueri****Ricardo André Galendi Júnior****ASSUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS E O PRINCÍPIO FEDERATIVO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ** .....259

Introdução.....259

1 O conflito federativo criado pela Jurisprudência Administrativa.....260

1.1 A distinção entre subvenções correntes e subvenções para investimentos ....260

1.2 A reinterpretação do PN 112/78 pela CSRF.....262

1.3 Perfeita sincronia não é “carimbar o dinheiro”.....264

1.4 Perfeita sincronia é “fiscalizar a fiscalização”.....265

1.5 Efeito: as subvenções como fonte de conflito federativo.....267

2 A LC 160/17 e a suficiência da intenção do subvencionador .....269

2.1 Contexto da edição da LC 160/17.....269

2.2 A subvenção para investimentos na LC 160/17.....270

2.3 Lei no tempo e aplicação a casos não definitivamente julgados .....272

2.4 A caracterização das subvenções para investimentos concedidas pela União.....274

3 A jurisprudência do STJ e a irrelevância da classificação das subvenções.....275

3.1 O argumento a partir do princípio federativo.....276

3.2 A superveniência da LC 160/17 e a manutenção do entendimento .....277

3.3 A abrangência das decisões .....279

3.4 O *distinguishing* no caso das isenções de ICMS .....279

Conclusão.....281

**CAPÍTULO 16****Luiza Nagib****CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, EXTRAFISCALIDADE E ALÍQUOTAS REGRESSIVAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS**.....283

Introdução.....283

1 Capacidade Contributiva.....284

2 Extrafiscalidade .....286

3 Alíquotas Regressivas do Imposto sobre a Renda nas Aplicações Financeiras:

Capacidade Contributiva e Extrafiscalidade.....288

Conclusões .....293

Bibliografia .....294

**CAPÍTULO 17****Marcus Livio Gomes****Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva****Bruna Ferreira****A REFORMA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A COMISSÃO DE JURISTAS PRESIDIDA PELA MINISTRA REGINA HELENA COSTA** .....295



Considerações iniciais.....	295
1 Os anteprojetos de lei propostos .....	297
1.1 Lei Complementar Sobre Normas Gerais de Prevenção de Litígios, Consensualidade e Processo Administrativo Tributário em Matéria Tributária.....	298
1.2 Lei do Processo Administrativo Tributário Federal.....	299
1.3 Da arbitragem, da mediação e da consulta tributária federal.....	300
1.4 Código de Defesa do Contribuinte .....	301
1.5 Lei de Execução Fiscal.....	301
Conclusão.....	302
Referências .....	302

## CAPÍTULO 18

**Misabel de Abreu Machado Derzi**

**Valter de Souza Lobato**

**Fernando Daniel de Moura Fonseca**

LIMITAÇÃO À COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS NA EXTINÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS: CONTRIBUIÇÕES SOB A PERSPECTIVA DO CONCEITO CONSTITUCIONAL DE RENDA.....

305	
Considerações iniciais.....	305
1 O conceito de renda compreendido a partir do Sistema Constitucional Tributário.....	307
2 Impossibilidade de limitação da compensação de prejuízos fiscais na extinção de pessoas jurídicas em atenção ao conceito constitucional de renda .....	311
3 Em outros países, que não adotam um conceito constitucional de renda, as compensações são mais isonômicas.....	317
Conclusões .....	319
Referências .....	320

## CAPÍTULO 19

**Paulo Ayres Barreto**

● MÉTODO DAS COMMODITIES NO NOVO SISTEMA DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA DA MP 1.152/22: ENTRE PRATICABILIDADE E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA .....

323	
Introdução.....	323
1 Breve esboço sobre o método aplicável às <i>commodities</i> na legislação anterior (PECEX).....	324
2 O método das <i>commodities</i> na MP 1.152/22.....	326
2.1 Da identificação da transação controlada .....	327
2.2 Do método das <i>commodities</i> e dos ajustes ao preço cotado .....	330
2.3 Da determinação do aspecto temporal das transações controlada e parâmetro.....	333
Considerações finais .....	335
Referências bibliográficas.....	336

**CAPÍTULO 20****Renato Lopes Becho**

REFLEXÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NAS FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO. ESTUDOS EM HOMENAGEM A REGINA HELENA COSTA.....	337
Introdução.....	337
1.1 Sobre as fontes do direito brasileiro e brevíssima nota sobre sua evolução..	338
2.2 Sobre a fundamentação teórica do common law: à guisa de mera introdução ao realismo jurídico.....	342
Conclusão.....	343
Bibliografia.....	343

**CAPÍTULO 21****Roque Antonio Carrazza**

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE INCLUSÃO DE DESCONTOS INCONDICIONADOS NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS-OPERAÇÕES MERCANTIS E DO ICMS-COMUNICAÇÃO – CLÁUSULAS DE FIDELIZAÇÃO – INAPLICABILIDADE DA DECISÃO NORMATIVA CAT N° 03/2004, DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	345
Introdução.....	345
1 Os perfis constitucionais do <i>ICMS-operações mercantis</i> e do ICMS-comunicação e suas bases de cálculo possíveis.....	346
1.1 Considerações gerais.....	346
1.2 O ICMS-operações mercantis e sua “base de cálculo possível” .....	347
1.3 O ICMS-comunicação e sua “base de cálculo possível” .....	350
2 A Decisão Normativa CAT n° 03, de 27 de setembro de 2004 e os contratos de fidelização firmados pelas operadoras de telefonia móvel celular, com seus clientes.....	351
3 Do caráter <i>incondicional</i> dos descontos concedidos pelas operadoras de telefonia móvel celular.....	353
3.1 Introito .....	353
3.2 Detalhamento do assunto .....	359
Conclusão.....	368

**CAPÍTULO 22****Sergio André Rocha**

A RELAÇÃO ENTRE OS TRATADOS INTERNACIONAIS E O DIREITO DOMÉSTICO E O ARTIGO 98 DO CTN.....	369
Introdução.....	370
1 Origens do Artigo 98 do Código Tributário Nacional.....	373
1.1 O Anteprojeto de Rubens Gomes da Souza.....	374
1.1.1 O Relatório do Professor Rubens Gomes de Souza.....	375
1.1.2 As Sugestões Oferecidas ao Anteprojeto de Código Tributário Nacional..	376

1.2 O Projeto de Código Tributário Nacional de 1954.....	379
1.3 O Projeto de Código Tributário Nacional de 1966.....	380
2 A Relação entre o Direito Interno e o Direito Internacional Público na Jurisprudência do STF.....	381
3 O Julgamento do “Caso Volvo” e a Relação entre Tratados Internacionais Tributários e o Direito Interno .....	387
4 Qual a Relevância Concreta do Debate Hoje e qual o Papel do STF?.....	390
Conclusão.....	391

## **CAPÍTULO 23**

### **Sérgio Seabra Varella**

COBRANÇA DE IRPJ E CSLL SOBRE VALORES CORRESPONDENTES A INCENTIVOS FISCAIS DO ICMS: PACTO FEDERATIVO E VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS .....	393
Apresentação .....	393
2 Questão controvertida nos embargos de divergência no Resp nº 1.517.492	395
3 Princípios adotados no acórdão .....	395
3.1 Princípio Federativo .....	395
3.2 Objetivos da federação .....	397
3.3 Princípio da subsidiariedade.....	397
3.4 Princípio da autonomia da atividade tributante .....	398
3.5 Princípio da conduta amistosa federativa.....	399
3.6 Princípio da segurança jurídica .....	400
4 Extrafiscalidade, direito social a alimentação, dignidade da pessoa humana, não obstância ao exercício dos direitos fundamentais .....	402
5 Outros acórdãos sobre o tema.....	405
6 Constituição federal. dispositivos legais aplicáveis ao caso .....	407
6.1 Artigos 1º, 3º e 6º da constituição federal .....	407
6.3 Lei complementar 160/2017 .....	409
Conclusão.....	410
Referências .....	411

## **CAPÍTULO 24**

### **Wesley Luiz de Moura**

DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE O JUDICIÁRIO E O PARLAMENTO (RESP 1.480.918/RS E PL 2.490/2022) – O POLÊMICO ART. 11 DO DL 401/1968 .....	413
Introdução.....	413
1 O contexto do surgimento do art. 11 do Decreto-Lei n. 401/1968.....	414
2 A guinada na jurisprudência do STJ com a apreciação do REsp n. 1.480.918/RS e o aceno para o Parlamento.....	416
3 A abertura do julgamento voltado para a solução da divergência interno no STJ.....	419
4 Breves notas acerca do art. 11 .....	420

Considerações derradeiras .....	421
Bibliografia .....	422

## PARTE II

### Outros temas de direito público

#### CAPÍTULO 25

**Luis Felipe Salomão**

**Caroline Somesom Tauk**

OS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DO JUDICIÁRIO  
BRASILEIRO E A EXECUÇÃO FISCAL.....427

Introdução .....

1 Os objetivos dos sistemas de inteligência artificial .....

2 A Inteligência Artificial na execução fiscal .....

Considerações finais .....

Referências bibliográficas.....

#### CAPÍTULO 26

**Sebastião Alves dos Reis Júnior**

**Anna Maria da Trindade dos Reis**

A MIN. REGINA HELENA E A COLETIVIDADE .....

#### CAPÍTULO 27

**Assusete Magalhães**

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM DIREITO ADMINISTRATIVO.....

Introdução.....

1 Normas sancionadoras.....

1.1 Improbidade administrativa: perda da função pública, medidas executivas  
atípicas e elemento subjetivo.....

1.2 Processo Administrativo Disciplinar: recurso hierárquico, prescrição da  
pretensão punitiva e controle judicial da sanção .....

2 Segurança jurídica nas relações administrativas.....

2.1 Decadência e autotutela.....

2.2 Prescrição de pretensão contra o Poder Público .....

2.3 Teoria do fato consumado .....

3 Alienação de bem expropriado e direito de acesso à informação ambiental....

Conclusão .....

Referências bibliográficas.....

#### CAPÍTULO 28

**Luiz Alberto Gurgel de Faria**

**Rodrigo Maia da Fonte**

RETROATIVIDADE DA LEI N. 14.230/2021: O ALCANCE DO TEMA 1199/  
STF À LUZ DO STJ.....

Introdução.....

1 A retroatividade (?) da norma mais benéfica .....	470
2 O tema 1199: Solução definitiva? .....	473
3 Alcance do tema 1199: as primeiras considerações do STJ .....	475
Considerações finais .....	478
Referências .....	479

## **CAPÍTULO 29**

**Messod Azulay Neto**

INJUSTIÇA EPISTÊMICA É INEVITÁVEL? .....	481
Introdução .....	481
1 Breve panorama conceitual .....	482
2 Arcabouço teórico .....	484
3 Avaliação crítica .....	490
Conclusão .....	493
Referências .....	494

## **CAPÍTULO 30**

**Og Fernandes**

**Vívian Cintra Athanazio Leal**

O JULGAMENTO DO RESP N. 1.856.644/SC: CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA “COMPETÊNCIA TERRITORIAL DO ÓRGÃO PROLATOR” CONSTANTE NO ART. 2º-A DA LEI N. 9.494/1997 .....	497
1 Síntese do tema analisado: controvérsias sobre a expressão “competência territorial do órgão prolator” constante no art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997 .....	497
2 Histórico processual e argumentos lançados no julgamento do REsp n. 1.856.644/SC .....	499
3 Apontamentos sobre a jurisprudência e a doutrina relacionadas ao tema e considerações finais .....	506

## **CAPÍTULO 31**

**Cassio Scarpinella Bueno**

REFLEXÕES SOBRE O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO FISCAL: UMA (MERCIDA) HOMENAGEM À MINISTRA E PROFESSORA REGINA HELENA COSTA .....

511	
1 Palavras iniciais .....	511
2 O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica e o inafastável diálogo entre os planos material e processual .....	512
2.1 Exemplificando: a Lei n. 13.874/2019 e a necessidade de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica para identificação de grupos econômicos (art. 50, § 4º, do CC) .....	514
3 Não há execução sem título executivo .....	518
4 Compreendendo a “dispensa” de instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica (art. 134, § 2º, do CPC) .....	520

5 O redirecionamento da execução de crédito tributário .....	523
5.1 Julgados da 1ª Turma do STJ sobre o tema.....	528
Considerações finais .....	533
Bibliografia.....	534

## **CAPÍTULO 32**

### **Helena Campos Refosco**

ACESSO À JUSTIÇA, INCLUSÃO, COMUNICAÇÃO: HOMENAGEM À TRAJETÓRIA DA MINISTRA REGINA HELENA COSTA NA DOCÊNCIA E NA MAGISTRATURA.....	539
Introdução.....	539
1 Acesso à Justiça: conceito e evolução .....	541
2 Acesso à Justiça no Brasil.....	543
3 Inclusão .....	547
4 Comunicação social no Poder Judiciário .....	550
Considerações finais .....	551

## **CAPÍTULO 33**

### **Fernando Caldas Bivar Neto**

DIÁLOGO ENTRE CORTES E O RESP N. 1.888.091/SP: AFINAL, INCUMBE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL OU AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DIRIMIR A CONTROVÉRSIA?.....	553
Introdução.....	553
1 O início do dilema .....	554
2 Ausência de regras de atuação concertada na vigência do Código de Processo Civil de 1973 .....	559
3 O Código de Processo Civil de 2015 e a tentativa de solucionar o conflito	564
4 Problema resolvido?.....	566
5 REsp n. 1.888.091/SP: um novo olhar sobre a matéria .....	569
Considerações finais .....	572
Referências bibliográficas.....	573

## **CAPÍTULO 34**

### **Isabela Bonfá de Jesus**

### **Roberta Vieira Gemente de Carvalho**

A DISCIPLINAS DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E SUA APLICABILIDADE AO MANDADO DE SEGURANÇA .....	575
Introdução.....	575
1 O mandado de segurança e as previsões específicas para a concessão de liminar contidas na Lei Federal nº 12.016, de 07 de agosto de 2009.....	579
2 A atividade de interpretação da norma jurídica .....	583
3 Cabimento de tutelas provisórias nos termos disciplinados pelo código de processo civil ao mandado de segurança.....	584
Conclusão.....	589

Bibliografia .....	590
--------------------	-----

## **CAPÍTULO 35**

**Marilia Carvalho Neves Ferros**

**Maria Aparecida Valle Rosa**

TEMA REPETITIVO 982, TEMA 1.095 DA REPERCUSSÃO GERAL E O CUSTO DO DIREITO FUNDAMENTAL DO IDOSO À VIDA DIGNA..593

Introdução .....	593
1 O Tema n. 982 do Superior Tribunal de Justiça e o Tema n. 1.095 do Supremo Tribunal Federal.....	594
2 Os direitos da pessoa idosa na Constituição da República como normas constitucionais pré-orçamentárias .....	596
Conclusão.....	598
Referências bibliográficas.....	598

## **CAPÍTULO 36**

**José Eduardo Cardozo**

**Eduardo Lasmar Prado Lopes**

POR QUE A AUSTERIDADE FISCAL NÃO PODE SER UM ÓBICE À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À RENDA MÍNIMA? .....

599	
Introdução.....	599
1 Premissas jurídico- filosóficas da renda mínima e a sua garantia como direito fundamental na constituição de 1988.....	602
Conclusão.....	611
Referências bibliográficas.....	611

## **CAPÍTULO 37**

**Maurício Zockun**

**Carolina Zancaner Zockun**

ODIREITOPÚBLICO, ODIREITO PRIVADO E ATUTELADO INTERESSE PÚBLICO .....

615	
1 A finalidade do Direito .....	615
2 A “plenitude da ordenação” .....	616
3 Direito público e direito privado: categorias constitucionais.....	620
4 Função pública como elemento orientador das atividades estatais.....	623
Bibliografia .....	626

## **CAPÍTULO 38**

**Rafaela Mateus Duarte**

**Rafaela Fernanda Fontoura Pszebiszeski**

PRESCRIÇÃO CONTRA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA: APLICAÇÃO DO DECRETO N. 20.910/1932 E DO CÓDIGO CIVIL, À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..629

Introdução.....	629
1 Panorama Normativo.....	630

2 Posições Doutrinárias.....	633
3 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	637
Considerações Finais .....	641
Referências Bibliográficas.....	642

## **CAPÍTULO 39**

**Sacha Calmon Navarro Coêlho**

SÍNTESE DO SISTEMA ATUAL DE CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS NO BRASIL (CONSTITUIÇÃO DE 1988).....	643
1 Controle concentrado e abstrato das normas jurídicas.....	643
2 Controle difuso e concreto das normas jurídicas .....	646
3 Inconstitucionalidade por omissão e jurisdição das liberdades .....	647

## **CAPÍTULO 40**

**Silvio Luís Ferreira da Rocha**

CONTROLE E RESPONSABILIZAÇÃO DA FUNÇÃO JUDICIAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	657
Considerações Gerais .....	657
2 Tipologia da Responsabilidade Judicial .....	658
3 Dos Valores Éticos .....	666
Conclusão .....	677
Bibliografia .....	678

## **CAPÍTULO 41**

**Edson Fachin**

**Lucas Bevilacqua**

REFORMA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO, ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E O SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES.....	679
Introdução.....	679
1 Evolução histórica-normativa da Arbitragem no Brasil: elementos básicos	682
2 Desafios presentes para a Lei de Arbitragem: algumas questões.....	686
3 A arbitragem face o sistema de precedentes vinculantes .....	689
4 A arbitragem tributária e mecanismos de controle da aplicação de precedentes.....	691
Considerações finais .....	695
Referências .....	696